

Institucionalização da História e Identidade Nacional: a escrita da história no Brasil oitocentista*

Erivan Cassiano Karvat

Resumo: Este texto – partindo de um *Programma Historico*, texto publicado em 1839, no segundo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e assinado por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do então recém inaugurado Instituto – busca refletir acerca da própria constituição do discurso historiográfico no Brasil oitocentista. Tal documento – relacionado a outros textos do mesmo período – assume o caráter de um discurso fundador, permitindo que percebamos as vinculações, sempre inseparáveis, entre escrita da história e o universo político, apontando, principalmente, para o compromisso daquela historiografia, característica da geração de fundação do IHGB, com a formulação de um projeto de elaboração e afirmação de uma possível identidade nacional. A partir de seu lugar social e apropriando-se do passado à sua maneira – ou a partir de uma formulação específica de como dever-se-ia *ler* o passado – apontando para a expectativa de um futuro desejável, esta historiografia, amparada numa concepção de história, promoveu, além da própria legitimação e consolidação de seu discurso, a institucionalização de um sentido de passado. Neste sentido, esta proposta – vinculada às possibilidades conceituais e metodológicas da *história intelectual* – insere-se e objetiva contribuir ao debate em torno do papel do historiador e suas relações com os campos institucionais e do saber no Brasil – pretendendo problematizar os liames entre intelectuais e instituições, ao mesmo tempo que se volta ao processo de constituição de uma historiografia nacional e suas vinculações à constituição dos discursos acerca da identidade da nação. Assim, dado a própria natureza ampla e problemática dos vínculos entre intelectuais e instituições, elementos como *poder, discurso, campo, posição*, entre outros, além da própria produção intelectual dos atores envolvidos - contribuem para a configuração e exploração dessa área de trabalho, a dos estudos de História da História. Área que exige que percebamos a necessidade de se historiar/historicizar os próprios discursos da história, discursos estes que, vale a pena sempre lembrar, são também históricos. No caso específico do IHGB, vemos o estabelecimento de um discurso histórico que se alimenta de diferentes regimes de historicidade, apropriando-se de diferentes concepções de história, fazendo convergir, aparentemente, elementos que, a priori, seriam inconciliáveis. Neste sentido, vê-se que é inseparável a instauração deste discurso das suas intenções políticas.

Palavras-chave: IHGB, historiografia, identidade nacional

O Instituto Histórico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente. Com este afirmativo comentário, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do IHGB, abria seu *Programma Histórico*, texto publicado no segundo trimestre de 1839, no segundo número do primeiro tomo da Revista do IHGB.

O *Programma Histórico*, reivindicando um “lugar” junto aos demais representantes das idéas de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente, apresenta, em linhas gerais, um breve histórico das *associações litterarias no Brazil setecentista*. Comentando inicialmente a *Sociedade Brazilica dos Academicos Renascidos*, criada na Bahia em 1759, o autor traz em anexo à sua dissertação uma cópia dos estatutos da Academia, cópia esta “para ser guardada no archivo do nosso Instituto como monumento histórico”¹ Com o mesmo objetivo – “para também depositar-se em nosso archivo” – o autor anexou, ainda, “a compilação dos programmas ou assumptos propostos para as dissertações” que deveriam ser produzidas pelos acadêmicos renascidos.

Respaldo-se em Rocha Pita, o Visconde de São Leopoldo cita, com brevidade, a fundação da *Academia Brazilica dos Esquecidos* (Bahia, 1724), sobre a qual lamenta a perda da produção, destruída quando era transportada para Portugal – *afim de imprimir-se* -, no incêndio da nau Santa Rosa.

Por fim, são apresentadas as academias fluminenses dos Felizes (1736) e dos Selectos (1752), sendo que a produção da Academia dos Felizes é longamente comentada, dada a importância de suas dissertações, principalmente em relação às ciências naturais e à descrição da fauna e flora brasileiras. Segundo o presidente do IHGB, a Academia dos Felizes exerceria uma *influencia transcendental*, inspirando as produções posteriores:

Esta associação veio a extinguir-se passados annos: felizmente é da índole de taes corporações scientificas sobreviverem pelo gosto que souberam formar e, difundir, e pelo impulso de illustração dado às idéias e propensões, que dura ainda quando ellas já não existem; semelhantes a esses astros luminosos, que deixam longo clarão, mesmo depois de desapparecerm do horizonte sensível ou visual.²

José Feliciano Fernandes Pinheiro, ao enumerar as academias setecentistas, parece querer reivindicar para o IHGB o “lugar”- exclusivo – da produção *illustrada*, então, no século XIX. Alocado agora como “o representante” das idéias de ilustração, o IHGB funda o próprio discurso sobre a história no/do Brasil. Neste sentido, e aqui respaldado pelo documento acima comentado, podemos dizer que esta primeira geração do Instituto produziu um **discurso fundador** em torno da História do Brasil, gerando ainda, e talvez, justamente por isto, uma memória da História no Brasil.

Cabe lembrar, com Eni Orlandi, que o discurso fundador “(...) não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem (...)”.³ Diz ainda a autora que, “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”.⁴ Neste sentido, a historiografia executada pelo Instituto buscou produzir um **sentido** para a história do Brasil, a partir principalmente do Segundo Reinado, *fundando* um passado para a Nação em gestação. Contudo, cabe-nos indagar que se estes discursos funcionam como referência básica no imaginário do país - em relação à sua história – não serviriam, também, estas formações discursivas⁵ vinculadas ao IHGB, como referência ao próprio exercício de escrita da história no país – à sua historiografia – tornando-se referência a esta mesma historiografia? Não temos neste contexto um processo de

constituição da própria memória da historiografia no Brasil, bem como o lançamento das bases de uma memória da própria disciplina histórica?

Conforme aponta o historiador José Honório Rodrigues, em “Teoria da História do Brasil”, se a “intrincada tarefa de distinguir as épocas de nossa história nasce naturalmente com os nossos primeiros livros históricos (...)”, foi justamente com a fundação do IHGB, que se faz sentir a necessidade de um critério e de sua importância” para a periodização da história do país.⁶ Rodrigues lembra, ainda, que logo na primeira sessão do Instituto, em 1^o de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa propunha a seguinte questão: “Determinar as verdadeiras épocas da história do Brasil e se esta se deve dividir em antiga ou moderna, ou quais devem ser as suas divisões.”⁷

Dentro do mesmo debate, e ainda de acordo com Honório Rodrigues, Cunha Matos publicará na Revista do Instituto, suas dissertações acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil, nas quais propôs três diferentes épocas: 1.^a) relativa aos indígenas; 2.^a) para o período compreendido entre as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial e 3.^a), compreendendo todos os acontecimentos nacionais desde a emancipação política.

O debate no IHGB acerca da periodização da história brasileira parece, assim, configurar-se num dos principais temas da sua primeira geração. Contudo, cabe salientar que, concomitantemente à elaboração desta cronologia da história nacional, o IHGB acaba por se institucionalizar, como questionávamos acima, na própria história da história no Brasil como marco divisor desta mesma historiografia, tornando-se parte constitutiva da memória histórica do país. Podemos perceber, ainda hoje, que qualquer cronologia acerca da historiografia brasileira sinaliza o ano de 1838 como marco periodizador desta história. Neste sentido, podemos citar dois trabalhos publicados recentemente e que demonstram este lugar/ o lugar ocupado pelo IHGB na produção da historiografia brasileira.

José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha, em “Historiografia luso-brasileira contemporânea”, de 1999, apontam o ano de 1838, com a fundação do IHGB, como a fase da “pré-história da produção histórica no Brasil”. Ainda que se apresente como altamente discutível a denominação para o período – que vai, segundo os autores, até 1930 – merece destaque a exaltação do ano de fundação do Instituto como marco periodizador. Segundo a perspectiva dos autores, isto justifica-se uma vez “marca o nascimento da organização sistemática da preservação da memória histórica no Brasil”.⁸

Outro exemplo do que falávamos: Francisco Iglésias em trabalho póstumo, publicado em 2000, “Historiadores do Brasil”, divide a produção dos textos históricos em três “momentos”: um – primeiro - de 1500 a 1838; o segundo, de 1838 a 1931 e, terceiro, aquele que se inaugura a partir de 1931. Novamente o IHGB comparece como marco fundador.⁹

Retomando a noção de discurso fundador que, acreditamos, permite refletir acerca do *Programma Historico* em discussão, cabe lembrar, com Eni Orlandi, que tais discursos conjugam noções de *instauração* e *filiação*. Como diz a autora, “no *fundacional* há necessidade de *filiar-se* a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”¹⁰. Neste sentido, é curioso perceber o exercício realizado por Fernandes Pinheiro, atrelando o *Programma* do Instituto às demais associações setecentistas, inspiradas nos moldes das academias européias. O IHGB filia-se, dessa maneira, a este passado, instaurando-se como o *representante das idéas de Ilustração*. O Instituto funda assim, uma nova tradição, atribuindo inclusive – principalmente – “sentido” para aquilo que o antecede, ou seja, atribui “sentido” para o próprio passado, histórico e historiográfico, estabelecendo naquele momento, através

da elaboração de sua memória, a própria memória da história da nação.

Segundo Orlandi, “[o] que o caracteriza como fundador (...) é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). Instala-se outra “tradição” de sentidos nesse lugar (...) Instala-se uma nova filiação. Esse dizer irrompe no processo significativo da tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória”¹¹

Filiando-se ao passado *illustrado* das academias setecentistas, o IHGB acaba por firmar seu próprio lugar, legitimando este mesmo lugar ao mesmo tempo em que parece dar sentido ao próprio passado ao qual se filia. Neste exercício de “instauração de uma nova ordem de sentidos”, que nos permite caracterizar o *Programma* como um discurso fundador, faz-se revelador a articulação *filial* com o passado aludido pelo texto programático. Mais do que o estabelecimento de uma ordem meramente causal, cronológica ou factual, o que se observa é a elaboração de uma *leitura teleológica* da história, uma vez que para definir-se o lugar do Instituto – *como o representante das idéias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente* – articula-se todo passado em função do momento e do lugar de enunciação do próprio *Programma*. Em outras palavras, parece que todo o passado ocorreu em função – ou na perspectiva – deste presente. É como se tudo anteriormente tivesse existido, ou ocorrido, para que este momento presente viesse a ocorrer. Assim, o passado passa a existir em função do próprio presente.

Novamente recorre-se a Orlandi:

Essa é também uma das características do discurso fundador: a sua relação particular com a *filiação*. Cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (...). O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.¹²

Em termos de filiação cabe lembrar também, como já o fizeram outros autores¹³, a relação que o IHGB – em suas origens – estabelece com a produção histórica anterior. Neste sentido, se o *Programma* busca vincular-se às idéias de Ilustração, corporificadas nas academias setecentistas, convém recordar que o próprio Instituto estabeleceu um panteão de heróis e *figuras notórias*, motivando o estabelecimento de um cânone dos notórios e *illustres* da Pátria.

O professor Pedro Moacyr de Campos, por exemplo, chama-nos a atenção para o apego do IHGB em torno da figura de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), autor de “História da América Portuguesa” (1730). Este apego, segundo Campos, teria ocorrido em função do suposto nativismo do autor baiano.

Ainda que Rocha Pita faça uma história em “estilo hiperbólico”, característico do Barroco literário brasileiro¹⁴, e, portanto, muito distante do pretense historicismo oitocentista que parece reger as intenções historiográficas do IHGB, este mesmo Instituto parece encontrar no autor de História da América Portuguesa, um elemento de inspiração – ao qual vai “filiar-se”, estabelecendo uma memória política”. Rocha Pita, entusiasta das coisas do Brasil, é apresentado por seu suposto viês de exaltado nativismo e incorporado ao panteão do Instituto, interessando à medida que permite “pensar” uma história nacional destituída de traumas ou rupturas. Assim parte-se do louvor à própria natureza brasileira, natureza que enseja o sentimento nativista, bem como o seu próprio culto.

É Pedro Moacyr quem diz:

[O] ilustrativo discurso de seu primeiro secretário-perpétuo, Januário da Cunha

Barbosa, desmancha-se em alusões à “tão feliz quanto prodigiosa descoberta” do Brasil, terra admirável pelas “riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e baías, variedade e pompa de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais e finalmente, pela constante benignidade de um clima, que faz fecundos os engenhos de nossos patrícios como o solo abençoado que o habitam (...), acharemos sempre um tesouro inesgotável de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz (...). No período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes qualidades, que mereçam cuidados do circumspecto historiador e que se possam oferecer às nascentes gerações como tipos das grandes virtudes? E deixaremos sempre ao gênio empreendedor dos estrangeiros o escrever nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?... A nossa história abunda de modelos de virtudes, mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, posto que, em circunstâncias não semelhantes as da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e lugares para que sejam percebidos pelos que anelam seguir seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional...” A referência expressa, que em seguida se faz ao nome de Rocha Pita, não nos permite qualquer dúvida acerca do principal modelo em que se abeberava o orador. Ajustava-se o autor da *História da América Portuguesa* às tendências nativistas, pondo-se de parte, assim, sua posição anti-separatista, incondicional partidário que era da ligação da colônia a Portugal.¹⁵

Chama-nos atenção a consonância entre este documento de Cunha Barbosa, apresentado por Pedro Moacyr de Campos, e o *Programma Historico*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro. O presidente do IHGB parece dialogar com o secretário perpétuo da instituição. A filiação às academias setecentistas – e às idéias iluministas apresentadas por Fernandes Pinheiro, é a resposta à questão de Cunha Barbosa (“no período de mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diferentes qualidades, que mereçam cuidados do circumspecto historiador?”): rememorar as “ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente” responde ao questionamento. Ambos, ainda, secretário e presidente do Instituto, “marcam” o lugar do IHGB na tarefa da escrita e produção da história do Brasil: sendo o IHGB “o representante das idéias de Ilustração”, cabe a ele – e aos “cuidados de seus circumspecto(s) historiador(es)” – apresentar “em bem ordenada galeria (...)segundo os tempos e lugares, os “modelos de virtudes” e a “série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades.”¹⁶

Retomando especificamente o *Programma Historico*, é curioso perceber com Fernandes Pinheiro busca se respaldar – na abertura de seu texto – numa *visão objetiva* e, portanto, *cientificista*, estimulado por um (quase) determinismo geográfico. O autor cita M. Cousin, “philosopho dos mais celebres entre os modernos”:

Daí-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas aguas, seus ventos, e toda sua geographia physica; informai-me de suas produções naturaes, de sua Flora, de sua zoologia, etc.; e eu me comprometto a dizer-vos *à priori* qual serão o homem deste paiz, e que logar gozará na historia, não accidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; emfim a idéa que este paiz é chamado a representar.

Ainda que obviamente a perspectiva de Cousin, respaldada em objetividade, que parece antever uma espécie de determinismo geográfico, ofereça-nos, subliminarmente, uma Filosofia da História, é interessante o uso que o presidente do IHGB faz do autor francês.

Apropriando-se do *philosopho*, Fernandes Pinheiro é impelido, “a um flagrante desrespeito pela geografia, dando a impressão de esboçar um quadro imaginário, acentuando-se a falta de contato com o plano concreto”, segundo as palavras de Pedro Moacyr de Campos.¹⁷

Parafrazeando o autor do “Esboço da Historiografia Brasileira”, podemos dizer que Fernandes Pinheiro produz uma geografia imaginária, executando um exercício de retórica e nefelibatismo, tão comuns à prosa setecentista. Vejamos o *Programma*:

O Brazil debaixo de um céu benigno e ameno; empolada a terra de cordilheiras de montes de conformação variada, ora coroada de picos acapellados de mattas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas; contrasta este terrível magestoso com a macia verdura dos valles cultivados. Mesmo em nossas provincias de planicies, os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas: aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia.

Ainda que o autor do *Programma Historico* tente respaldar seus devaneios a partir do *Cours de Philosophie* (1828), de Cousin, é em Rocha Pita, ao que parece, que o autor busca inspiração, como nos faz supor o trecho abaixo de “História da América Portuguesa”:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem as fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas(...)¹⁸

Dessa maneira, novamente a voz de Rocha Pita reaparece nos discursos do IHGB e serve como um suporte através do qual se legitima a fala institucional. A partir do exultante Rocha Pita, reafirmando a possibilidade de se estabelecer um vínculo com o passado da nação, sem cortes drásticos, busca-se apontar para o *lugar* que a jovem nação deve ocupar, agora, diante dos demais estados; lugar este, visto como desde sempre inscrito no “movimento da história”.

Diz Rocha Pita:

Do novo mundo, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais tino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais selecto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas esprimido néctar(...).

Assim, o Brasil já se configurava, desde sempre, como a melhor porção do Novo Mundo. Voltando-se novamente à geografia imaginosa de Fernandes Pinheiro, lê-se:

Collocado o Brazil no ponto geographico o mais vantajoso para o commercio do Universo, com portos bonissimos sobre o oceano, grandes lagos, ou mais antes, mediterraneos; rios navegaveis, ou com proporções de o serem, por centenas de leguas; a agricultura e a industria em emulção, atrahirão o concurso as nações cultas e polidas, que a par dos lucros do commercionos trarão civilização; (...) tudo enfim pressagia que o Brazil é destinado a ser, não accidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo.

Vê-se aí o esboço de um possível projeto político do IHGB, voltado para a elaboração

de uma história nacional, objetivando atrelar o passado colonial ao presente monárquico sem provocar cisões ou cortes. Como apontamos no tópico dois deste trabalho, a partir desta relação (passado x presente) elaborava-se o *locus* a ser ocupado – (geo)politicamente – pelo Brasil: “centro de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo”. Eis o inevitável “destino” do país.

Lembremos, novamente, que tal vinculação de tempo, possui raízes numa concepção clássica de história, “uma história, segundo Ricardo Benzaquen de Araújo,” que antes de se fundar no tempo, como a moderna, estabelece um “espaço de experiências” onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dele venham a se aproximar.”¹⁹

No texto de Fernandes Pinheiro, conjuntamente ao recurso a esta *concepção clássica de história*, vemos, curiosamente, a indicação a uma leitura especulativa: “Embalde: o espírito humano estava em marcha, sua perfectibilidade é indefinida, não tem outro termo mais que a duração do globo; e si alguma vez, segundo o pensamento sublime de Goëthe, parece recuar, é para mais avançar em espiritual.”

Tal visão otimista parece amparada nas colocações de “Décimo Período: Dos Futuros Progressos do Espírito Humano”, do “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”, de Condorcet, publicado em 1793.

Ainda que o autor não seja textualmente citado, a expectativa da perfectibilidade e avanço irrefreável da “espécie humana” nos remetem e supõe a sua leitura. Então, se temos presente o convívio de traços de diferentes concepções de história – *clássica e moderna* -, no discurso de Fernandes Pinheiro, temos também, laivos de reconhecida Filosofia da História:²⁰

nos encontramos na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências, que a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento de suas faculdades, os motivos os mais fortes de acreditar que a natureza humana não pôs nenhum termo às nossas esperanças.²¹

Finalizando podemos recorrer as bem conhecidas, e sempre necessárias, observações de Michel de Certeau, sobre a operação historiográfica - um texto ao qual é sempre preciso voltar - segundo as palavras de Chartier²² apresentadas em “A Escrita da História.”²³ Para o autor, tal operação envolve a relação entre *um lugar, uma prática e uma escrita*. Assim podemos recorrer a tal observação para entendermos a historiografia produzida pelo IHGB e o *Programma* da sua primeira geração. É certo que a instauração de tal historiografia permite que falemos na constituição de um lugar específico/autônomo para a produção de uma “fala” da história do Brasil, bem como esta “fala” está submetida – ou passa a ser submetida – a procedimentos disciplinares, “inventando” uma escrita que lhe é pertinente. Temos a partir do IHGB a instauração de uma *prática discursiva*, agora específica da historiografia brasileira e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma *formação discursiva* e de uma *comunidade discursiva*.

Lendo o *Programma Historico*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, percebemos a necessidade de se historiar/historicizar os próprios discursos da história, discursos estes que, vale a pena sempre lembrar, são também históricos. No caso específico do IHGB, vemos o estabelecimento de um discurso histórico que se alimenta de diferentes regimes de historicidade, apropriando-se de diferentes concepções de história, fazendo convergir, aparentemente, elementos que, a priori, seriam inconciliáveis. Neste sentido, vê-se que é inseparável a instauração deste discurso das suas intenções políticas.

A história produzida pelo IHGB, pautando-se no desejo de produzir uma história para o Brasil, inventa um passado para esta história, conciliando - assim como parece fazer com os

elementos que compõem os seus discursos - elementos aparentemente incompatíveis: fazia-se necessário justificar a permanência e legitimidade de uma monarquia num palco onde abundavam diferentes repúblicas; fazia-se necessário conciliar um passado escravista com a crença num tempo de civilização e, por fim, e entre outros, fazia-se necessário conciliar o estado de ex-colônia ao porvir da emancipação e do progresso. Era necessário estabelecer a própria identidade para a nação, dotando de *sentido* a própria história desta nação. Assim, o IHGB fundiu diferentes elementos e estabeleceu uma história para o Brasil, estabelecendo-se como um marco para esta mesma história. Uma história que não questionava o passado mas, acima de tudo, apontava as possibilidades para o devir.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história-antigo e moderno. In. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. p.43-68.

ARRUDA, J.J.; TENGARRINHA, J.M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **RIHGB**. Tomo I, n.1, 1.º trimestre de 1839.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.

BOURDÉ, Guy ; MARTIIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1990.

CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. P.250-293.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7. n. 13. 1994. p. 97-113.

CONDORCET, Jean-Antonio-Nicolas de Caritat. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: UNICAMP, 1993.

DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, v.156, n.380,

jul./set.1995. p.459-613.

GUIMARÃES, M. L. S. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p.9-24.

GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1,1988. p.5-27.

HARTOG, François. **Regime de historicidade**. (Texto disponível em <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>);

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. **História e memória**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992. P. 535-553.

MAINGUENAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997.

MÓISES, M.; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3.ed. Campinas: Pontes, 2002.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Programma histórico*. **RIHGB**. Tomo I, n.2, 2. ° trimestre de 1839.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**; introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/

Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 151-168.

*Este texto retoma discussões é uma versão modificada de A Historiografia como Discurso Fundador: reflexões em torno de um *Programma Histórico*, publicado, em 2006, na Revista de História Regional da Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 10, n.2. Cabe ressaltar que este texto resulta de uma pesquisa em andamento na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), intitulada *O Império e seus outros: História, Historiadores e Identidade nacional no Brasil Oitocentista (1838-1870)*.

¹ Para o significado de monumento para a historiografia dos séculos XVIII e XIX, ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In. **História e memória**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 535-553. Diz o autor: “O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) (...)”. p.536.

²IHGB. *Programma histórico*. RIHGB. Tomo I, n.2, 2.º trimestre de 1839. p. 84.

³ORLANDI, Eni P. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001. p.7

⁴ Idem.

⁵ Este termo define “o que pode ser dito e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada.” FOUCAULT, M. apud MAINGUENAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes/ UNICAMP, 1997. p.22.

⁶ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**; introdução metodológica. 5.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978. p. 125.

⁷ RIHGB, t.1, 2. ed., 1856, p.57 apud Rodrigues, op.cit., p.125.

⁸ ARRUDA, J.J.; TENGARRINHA, J.M. Historiografia luso-brasileira contemporânea. Bauru: EDUSC, 1999. p. 33.

⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹⁰ ORLANDI, op. cit., p. 13.

¹¹ idem.

¹² Idem., p.14-16.

¹³ CAMPOS, Pedro M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In. GLÉNISON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 250.; IGLÉSIAS. op. cit., p. 60-65.

¹⁴ MÓISES, M.; PAES, José Paulo. **Pequeno dicionário de literatura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p.327. (O verbete PITA, Sebastião da Rocha é de autoria do prof. Jamil Almansur Haddad).

¹⁵ CAMPOS, op. cit. p.255-256.

¹⁶ O laudatório *Discurso* de Januário da Cunha Barbosa foi publicado no primeiro número da Revista do IHGB, no primeiro trimestre de 1839. p.10-21. Ainda sobre a relação *filiação X tradição*, acima apontada, cabe citar o próprio texto de Cunha Barbosa: “A empreza de alguns nossos escriptores, que tem escripto sobre as cousas da patria, não será perdida para o nosso Instituto. Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incasaveis e distinctos litteratos *Berredo, Rocha Pitta, Bispo Azeredo, Monsenhor Pizarro, Frei Gaspar, Durão, Visconde de Cayrú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthasar Lisboa, Rebello, Ayres do Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde* e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da historia geral brazileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos.” BARBOSA, J.da Cunha. *Discurso* in **RIHGB**, Tomo I, n.1, 1.º trimestre de 1839. p.20.

¹⁷ op. cit. p.256.

¹⁸ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 19.

¹⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.29.

²⁰ Segundo Bourdê e Martin, as Filosofias da História, produto típico do pensamento racionalista do

século XVIII, “tem em comum descobrir um sentido para a história.” Daí, portanto, seu caráter especulativo-teleológico. BOURDÉ, G. ; MARTIN, H. op. cit. p. 44. Cf., ainda, BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru: EDUSC, 2001.

²¹ CONDORCET, Jean-Antônio-Nicolas de Caritat. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano.** Campinas: UNICAMP, 1993. p. 178.

²² CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7. n. 13. 1994. p. 111.

²³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982. p. 65-119.